

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
SEGURANÇA PÚBLICA E FRONTEIRAS**

DOURADOS/MS

2020

- Aprovado “ad referendum” pela Deliberação CPPG/CEPE-UEMS Nº 270, de 11 de fevereiro de 2020.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

A Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação lato sensu em Segurança Pública e Fronteiras, da Unidade Universitária da UEMS/Dourados/MS, constituída pela Portaria UEMS-PROPP nº 51/2019, de 02 de setembro de 2019 publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, de nº 9.978, de 03 de setembro de 2019, p. 77, tem como membros os seguintes docentes:

Prof. Dr. Wander Matos de Aguiar (Presidente)

Prof. Me. Rogério Turella

Prof. Me. Joaquim Carlos Klein de Alencar

SUMÁRIO

I.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
1.1	Proponente.....	4
1.2	Local de realização.....	4
1.3	Período de realização.....	4
1.4	Público alvo.....	4
1.5	Carga horária e distribuição dos créditos.....	4
1.6	Número de vagas.....	4
1.7	Área de conhecimento.....	4
1.8	Certificação.....	4
II.	ASPECTOS HISTÓRICOS	
2.1.	Histórico da UEMS.....	5
III.	DIRECIONAMENTOS GERAIS DO CURSO	
3.1	Contextualização demanda comprovada (art. 16, inciso VI do Regimento Interno do lato sensu) e Justificativa.....	6
3.2	Objetivos gerais e específicos.....	7
3.2.1	Objetivo Geral.....	7
3.2.2	Objetivo Específico.....	7
3.3	Perfil Profissional.....	7
3.4	Aspectos metodológicos.....	7
3.5	Sistema de avaliação.....	8
IV.	DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS.....	8
V.	GESTÃO ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICA	
5.1	Coordenador de curso.....	8
5.2	Colegiado de curso.....	8
5.3	Corpo docente.....	8
VI.	ESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS MATERIAIS E ACERVO BIBLIOGRÁFICO	
6.1	Sala de aula.....	9
6.2	Biblioteca.....	9
6.3	Laboratórios e equipamentos.....	9
6.4	Recursos tecnológicos.....	9
VII.	MATRIZ CURRICULAR	
7.1	Carga horária.....	10
7.2	Ementário e bibliografia das disciplinas.....	11
	ANEXO I - CORPO DOCENTE.....	21

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Nome

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública e Fronteiras.

1.2. Proponente

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

1.3. Local de realização

Unidade Universitária de Dourados.

1.4. Período de realização

O Curso, de caráter temporário, terá a duração mínima de 12 (doze) e a máxima de 18 (dezoito) meses.

1.5. Público alvo

O público-alvo do curso são profissionais da Área de Segurança Pública, vinculados ao Conselho Institucional de Segurança de Dourados, portadores de graduação superior em qualquer área do conhecimento, conforme estabelecido no Termo de Cooperação e respectivo termo aditivo.

Excepcionalmente o COISED, poderá designar parte das vagas ofertadas a outras corporações coirmãs, órgãos, entidades e/ou comunidade.

1.6. Carga horária e distribuição dos créditos

A estrutura curricular do Curso é composta por carga horária total de 360 (trezentos e sessenta) horas, equivalentes a 24 (vinte e quatro) créditos, que serão distribuídas em 18 (dezoito) disciplinas obrigatórias, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, nem assistência docente, e o obrigatoriamente reservado para elaboração individual do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

1.7. Número de vagas

O número de vagas ofertadas será de, no mínimo 30 (trinta) e, no máximo, 40 (quarenta) alunos matriculados.

1.8. Área de conhecimento (CNPq)

Segurança Pública e Fronteiras.

1.9. Certificação

Especialista em Segurança Pública e Fronteiras.

II. ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Histórico da UEMS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Instituição de natureza fundacional pública, mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, nos termos das legislações em vigor, e rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Quanto aos atos Regulatórios da UEMS, registra-se que embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994.

Na sequência, por meio do Parecer CEE/MS nº 215 e da Deliberação CEE/MS nº 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº 6.602, de 20 de junho de 2002. O credenciamento foi concedido por meio da Deliberação CEE/MS nº 7447, de 29 de janeiro de 2004, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2004, prazo este prorrogado pela Deliberação CEE/MS nº 8955, de 16 de dezembro de 2008, por três anos, de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011. No ano de 2012, a UEMS obteve credenciamento por intermédio da Deliberação CEE/MS nº 9943, de 19 de dezembro de 2012, pelo prazo de seis anos, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018. Em o Ofício n.145/SUPED/GAB/SED, de 18 de janeiro de 2019 - Prorrogou o Recredenciamento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul até 31 de dezembro de 2019. Em 2019 foi prorrogado o credenciamento por intermédio da Deliberação CEE/MS nº 11.852, de 2 de dezembro de 2019, até dia 31/12/2020.

2.2 Histórico do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da UEMS

Após a celebração de convênio estabelecido com a Secretaria de Estado e Justiça de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul em 2016 e, em consequência, com a implementação e oferta da primeira Pós Graduação lato sensu da UEMS na área de segurança pública, denominada Gestão em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Estratégicas e Alto Comando, destinadas à capacitação de 42 (quarenta e dois) Majores e Tenentes Coronéis do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar de MS, fora criado o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da UEMS (NUPESP), que tem por escopo a realização de estudos e pesquisas voltados ao campo da Segurança Pública com fins a gerar, disseminar, incentivar e compartilhar pesquisas, práticas, projetos e experiências, dentre outras, voltadas ao avanço e

melhoria da Segurança Pública em suas variadas facetas, inclusive jurídicas, de gestão e estratégicas. Da mesma maneira, busca auxiliar na capacitação de membros das diversas instituições componentes desta área.

Por sua vez, em 2017, duas novas especializações foram solicitadas pela Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, sendo: Planejamento, Inteligência e Liderança na Segurança Pública, destinadas a Tenentes Coronéis da Polícia Militar do MS e Ciências Policiais e Gestão em Segurança Pública, destinadas a Capitães da Polícia Militar de do Corpo de Bombeiros Militar de MS que, por sua vez, também foram desenvolvidas pelo NUPESP, implementadas e executadas.

Ao todo, 123 (cento e vinte e três) oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militares do estado foram titulados nos três cursos de pós-graduação lato sensu ofertados pela UEMS.

III. DIRECIONAMENTOS GERAIS DO CURSO

3.1. Contextualização da demanda comprovada e Justificativa

Tendo e vista o êxito das especializações realizadas junto aos órgãos de segurança pública de Campo Grande, bem como dos altos níveis de satisfação e avaliações positivas obtidas, a UEMS e, em consequência, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública da UEMS tem sido continuamente demandadas por novas ofertas de Especializações nesta área.

Destaca-se que a necessidade de continuidade da capacitação nesta área de segurança pública já havia se tornado evidente através dos processos de avaliação das ofertas anteriores e, quando atrelada ao convênio referido, nota-se a existência de massa crítica para esta nova oferta, agora com foco na atuação destes profissionais na fronteira.

A capacitação contínua tem sido, por sua vez, uma busca permanente de todas as instituições, privadas e públicas e, em determinados momentos, constituindo-se em fator preponderante na ascensão funcional de determinados grupos de servidores, como é o caso dos militares de nosso Estado, em especial da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e das demais forças de segurança pública e armadas.

Após análise da demanda, verificou-se a viabilidade pedagógica e técnica para a oferta de um curso capaz de atingir os objetivos buscados por aquelas instituições e seus servidores, resultando na elaboração do projeto pedagógico e regulamento do curso, o que proporcionará a esta Universidade a ampliação de seu alcance e reconhecimento, principalmente em termos regionais, ao atender a necessidade de um ente também ligado ao Estado de Mato Grosso do Sul, demonstrando a capacidade desta Universidade em propiciar o atendimento a esta e outras demandas de igual natureza que por ventura venham a se apresentar futuramente.

Por fim, a oferta deste Curso atenderá a uma demanda específica na área de segurança pública para o contínuo aprimoramento dos seus atores.

3.2. Objetivos gerais e específicos

3.2.1. Objetivo Geral

Atualizar e ampliar os conhecimentos estratégicos e de planejamento dos profissionais da área de segurança pública na região de fronteira, componentes do Conselho Institucional de Segurança de Dourados, para que sejam capazes de atuarem no âmbito de suas atribuições, com maior competência, de modo proativo, democrático, ético e colaborativo.

3.2.2. Objetivo Específico

- Fornecer uma formação, com base em princípios jurídicos, humanitários e éticos, capazes de promover a integração entre os agentes de segurança e a comunidade e de entender o impacto da segurança pública sobre a realidade socioeconômica brasileira;
- Promover e articular o conhecimento prático dos operadores de segurança pública com a reflexão teórica dessa realidade;
- Incentivar discussões e reflexões aprofundadas em torno da realidade da segurança pública e seus atores;
- Incentivar a produção intelectual capaz de contribuir para o processo de consolidação da segurança pública na promoção da justiça e da paz social.

3.3. Perfil do egresso

O profissional formado no Curso de Pós-Graduação lato sensu em Segurança Pública e Fronteiras deverá ser capaz de aplicar e transmitir os conhecimentos técnico-científicos adquiridos nas políticas e ações de segurança pública, ao mesmo tempo, seja capaz de ampliar o universo de profissionais qualificados, seja entre os quadros das próprias corporações, seja entre os diversos atores que hoje atuam profissionalmente na segurança pública de Mato Grosso do Sul.

3.4. Aspectos metodológicos

O Curso, será desenvolvido em 18 (dezoito) disciplinas obrigatórias, cada uma correspondendo a 2 (dois) créditos, abrangendo conteúdos específicos com a obrigatoriedade de elaboração e apresentação pública de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a orientação de professor integrante do seu corpo docente.

Os conteúdos poderão ser ministrados, também, na modalidade a distância em até 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, em todas as disciplinas, por meio da plataforma Moodle/UEMS, para o envio de textos para leitura, realização de atividades e

aprofundamento de pesquisas. Cada docente poderá definir sobre a(s) metodologia(s) a ser(em) utilizada(s) no desenvolvimento do conteúdo proposto.

3.5. Sistema de Avaliação

O desempenho obtido pelos alunos em cada disciplina dar-se-á mediante a aplicação de atividades avaliativas, realizadas à distância e presencialmente, sendo que a nota da atividade presencial corresponderá à 60% (sessenta) por cento) da nota final do aluno, exposição de trabalhos ou seminários ou realização de oficinas, que poderão ser realizados presencialmente, intermediados por web conferência, ou disponibilização de apresentações gravadas e sua consequente hospedagem em sites específicos para tal fim (youtube, vimeo, etc), onde cada disciplina terá um valor expresso em créditos correspondendo cada crédito a 15 horas.

As especificidades do Sistema de Avaliação constarão do Regulamento do Curso, com observância ao Regimento Interno dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* da UEMS.

IV- DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS

Os Procedimentos Acadêmicos: Da Admissão do Curso, Da Matrícula, Do aluno Especial, Do Aproveitamento de Estudos, Do Trancamento de Matrícula, Do Trabalho de Conclusão de Curso, Da Reoferta de Disciplinas, Do Plágio , Do Desligamento, Declaração das Disciplinas Cursadas (§ 2 do art. 43 do Regimento Interno do *lato sensu*), Das Atividades Complementares, serão especificados com detalhes no Regulamento do Curso.

V. GESTÃO ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICA

5.1. Coordenador do curso

O Coordenador do Curso, que presidirá o Colegiado do Curso, será um professor do quadro efetivo da UEMS, ministrante de disciplina no curso, eleito por seus pares para um mandato de tempo em que durar a oferta do Curso.

5.2. Colegiado do curso

O Colegiado de Curso será constituído por no mínimo 3 (três) representantes docentes que ministrem disciplinas no curso e por 1 (um) representante discente, devendo ser eleitos pelos seus pares.

5.3. Corpo docente

O corpo docente do curso será constituído por no mínimo 30% (trinta por cento) de professores portadores de título de mestre ou doutor, obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação e avaliado pela CAPES, dentre os quais pelo menos 50% (cinquenta por cento) deverão ser professores efetivos da UEMS, cadastrados em grupo de pesquisa do CNPq na área ou em área afim do curso, tendo em

vista a existência de convênio, devidamente fundamentado em termo de cooperação específico.

Dos professores que ministrarão as disciplinas e orientarão os alunos na elaboração do TCC será exigido o grau de especialista, mestre ou doutor com validade nacional.

VI. ESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS MATERIAIS E ACERVO BIBLIOGRÁFICO

6.1. Sala de Aula

A Unidade Universitária de Dourados possui um bloco destinado à pós-graduação, com 3 (três) salas de aula, espaço físico para o funcionamento da Coordenação pedagógica do Curso com mobiliário, telefone, computador e impressora, além de equipamento para reprodução de cópias para uso da coordenação. A estrutura física contempla ainda sala de docentes e sala para atendimento do aluno com computadores com acesso à Internet, auditório com 380 (trezentos e oitenta) lugares, laboratórios e 1 (uma) biblioteca.

6.2. Biblioteca

O acervo geral da Biblioteca/UEMS compreende: livros, folhetos, periódicos, teses, fitas de vídeo, DVDs e materiais especiais. Todo o acervo está informatizado e disponível no site www.uems.br/biblioteca com a possibilidade de acessá-lo tendo a informação no todo, dando a oportunidade de solicitar empréstimos via Biblioteca Central que se responsabiliza pelo intercâmbio.

A Biblioteca apresenta, em seu acervo, livros clássicos e obras contemporâneas, nacionais e estrangeiros, enciclopédias, dicionários, demais obras de referência e fontes de consulta, e assinaturas correntes de revistas nacionais e estrangeiras que atendem às demandas das linhas e projetos de pesquisa.

O acesso ao acervo bibliográfico é livre. Há restrições ao empréstimo de coleções e periódicos. A instituição conta com um sistema de detecção YD System para bibliotecas, com todo o acervo bibliográfico ativado, útil no controle de consultas e empréstimos. O acervo bibliográfico e de Trabalho de Conclusão de Curso.

Quanto ao empréstimo, este é regulamentado pela Resolução CEPE-UEMS nº. 1.784, de 24 de outubro de 2016, que homologou com alteração a Deliberação CECAC/CEPE-UEMS Nº 5 de 15 de setembro de 2016, que aprova o Regulamento de empréstimo do acervo e serviços prestados pela Biblioteca da UEMS.

6.3. Laboratórios e equipamentos

Os laboratórios de informática e salas especiais (multimeios, teleconferência e videoconferência) serão disponibilizados de acordo com a necessidade de cada disciplina,

bem como, a utilização dos equipamentos audiovisuais para as aulas e demais atividades pedagógicas.

6.4. Recursos tecnológicos

A Unidade Universitária de Dourados dispõe de recursos de informática adequados para o corpo docente, discente e apoio técnico, laboratórios com acesso à Internet, possibilitando aos docentes e alunos suprirem possíveis deficiências do acervo bibliográfico, através da Rede Mundial de Computadores.

VII. MATRIZ CURRICULAR

7.1. Carga horária

A carga horária total do curso é de 360 (trezentos e sessenta) horas e correspondem ao total de 24 (vinte e quatro) créditos, obrigatórios, conforme segue:

Disciplina	Créditos	C.H.
Metodologia da produção acadêmica e científica	2	30
Direitos humanos e cidadania em face das exigências de eficiência, eficácia e afetividade da gestão pública	2	30
Planejamento estratégico na gestão e na segurança pública com a utilização do Balanced Scorecard - BSC	2	30
Planejamento integrado na gestão da segurança pública	2	30
A utilização de indicadores de desempenho na segurança pública	2	30
Estado, governo e políticas públicas	1	15
Novas tendências do processo penal moderno	1	15
Comunicação, mídia e marketing no setor público	1	15
Segurança e Defesa na Fronteira Oeste do Brasil e a dinâmica do crime organizado e suas consequências para o aumento da violência urbana	1	15
O emprego da polícia ostensiva nas fronteiras	1	15
Mecanismos de aferição de produtividade operacional e administrativa da PF na região de fronteira.	1	15
Tráfico Internacional de Pessoas	1	15
Organização do trabalho na PRF e o enfrentamento aos crimes transnacionais	1	15
Atuação da Perícia Criminal Federal em regiões de fronteira	1	15
Crimes Internacionais e Cooperação	1	15
Investigação Criminal no Direito Comparado	1	15
Liderança de pessoas na gestão pública	1	15
Seminários Integrados	2	30
Total Carga Horária/Créditos	24	360

7.2 Ementário e bibliografia das disciplinas

7.2.1 Metodologia da produção acadêmica e científica

30 horas

Ementa:

Conhecimento: formas, criação e produção. Ciência e Universidade. Técnica e estruturação de um projeto de pesquisa. Métodos de estudo. Redação de textos: Revisão Bibliográfica, artigo, paper e relatório. Normas técnicas do trabalho científico (TCC).

Objetivos:

- Introduzir o aluno ao ambiente virtual de aprendizagem e à modalidade educacional a distância;
- Analisar e compreender as condições em que o conhecimento científico se desenvolve.
- Conhecer estratégias de estudo bem como as técnicas de escrita de textos acadêmicos.
- Preparar o profissional de segurança pública para a produção de texto científico ao final do curso (TCC).

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023: Informação – documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

_____. NBR 10520: Informação e documentação – apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 14724: Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

AZEVEDO, I. B. de. O prazer da produção científica. São Paulo: UNIMEP, 1999.

BRASILEIRO, A. M. M. Manual de produção de textos acadêmicos e científicos. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, J. L. de. Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica. São Paulo: Vozes, 2015.

7.2.2 Direitos humanos e cidadania em face das exigências de eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública.

30 horas

Ementa:

Conceituação, aspectos históricos, culturais, políticos e legais e características dos direitos humanos; Princípios constitucionais e garantias fundamentais; Direitos individuais homogêneos, coletivos, transindividuais e difusos; Direitos humanos: relações étnico-raciais; Normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à gestão pública e seus servidores; O servidor público e o reconhecimento e valorização dos grupos historicamente discriminados; O servidor público, frente às diversidades dos direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade; Programas nacionais e estaduais de proteção e defesa; A cidadania do servidor público.

Objetivos:

- Identificar os principais aspectos éticos, filosóficos, históricos, culturais e políticos para a compreensão do tema dos direitos humanos voltados ao setor público;
- Analisar as normas internacionais e nacionais de direitos humanos aplicadas à gestão pública;
- Demonstrar a relação entre a cidadania do agente público e o fortalecimento da sua identidade social, profissional e institucional;
- Sensibilizar os agentes públicos municipais para o protagonismo em direitos humanos;

Bibliografia Básica:

BALESTRERI, R. B. Direitos humanos: coisa de polícia. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

SILVA, J. A. da. Democracia e direitos fundamentais. In: CLÉVE, Clèmerson Merlin; SARLET, W. I.; PAGLIARINI, Alexander Continuo (Coords.). Direitos Humanos e democracia. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos direitos humanos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Paris, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP): 1966.

7.2.3 Planejamento estratégico na gestão e na segurança pública com a utilização do Balanced Scorecard - BSC

30 horas

Ementa:

Definições e especificidades dos conceitos de estratégia e planejamento organizacional. Evolução das concepções de formulação estratégica em gestão empresarial. Detalhamento do conceito de ciclo estratégico. Etapas do processo de formulação estratégica. Diagnóstico interno e externo. O papel da análise prospectiva na formulação da estratégia organizacional. Processo decisório estratégico. Desdobramentos da formulação estratégica: implementação de ações prioritárias, alinhamento organizacional, controle e avaliação de projetos e processos de negócio.

Objetivos:

- Compreender o conceito de Estratégia Organizacional, diferenciando-o do de Planejamento.
- Detalhar o conceito de Ciclo Estratégico em suas etapas fundamentais.
- Adquirir domínio conceitual e prático consistentes para conceber, implementar e gerenciar um processo de formulação estratégica organizacional.
- Descrever, comparar e criticar modelos de avaliação em programas, visando ao planejamento de avaliações mais efetivas.
- Planejar uma pesquisa avaliativa de programas e interpretar seus resultados.

Bibliografia Básica:

AMANA-KEY. Coletânea estratégia: gerando estratégias alinhadas aos valores dos novos tempos. Amana-Key: 1990.

ANSOFF, H. Igor. Estratégia empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

_____. McDONNEL, Edward J. Implantando a administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (Org.) Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 1987.

CALIXTA Tavares, Mauro. Planejamento estratégico: a opção entre o sucesso e o fracasso empresarial: Harbra, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 2014.

7.2.4 Planejamento integrado na gestão da segurança pública
--

30 horas

Ementa:

Conceitos de planejamento estratégico; Planejamento Estratégico Situacional; Metodologia de elaboração e implementação do planejamento estratégico; Diagnóstico estratégico; Cenários prospectivos; Missão e visão das organizações; Integração do planejamento estratégico, tático e operacional; Planejamento integrado de recursos; Controle e avaliação do planejamento.

Objetivos:

- Detalhar o conceito de Ciclo Estratégico em suas etapas fundamentais.

- Adquirir domínio conceitual e prático consistentes para conceber, implementar e gerenciar um processo de formulação estratégica organizacional.
- Planejar uma pesquisa avaliativa de programas e interpretar seus resultados.

Bibliografia Básica:

GODET, M. Manual de Prospectiva Estratégica: da antecipação a ação. 1993. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

KAPLAN, R. S., NORTON, D. P. A estratégia em Ação: Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997

MINTZBERG, H. Ascensão e queda do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2004.

OLIVEIRA, D.P.R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 1999.

PORTER, M. Estratégia Competitiva. Rio Janeiro: Campus, 1991.

REBOUÇAS, D. P. Planejamento Estratégico: Conceitos metodologia práticas. São Paulo: Atlas, 2001.

7.2.5 Utilização de indicadores de desempenho na segurança pública	30 horas
---	-----------------

Ementa:

Planejamento, acompanhamento, avaliação e melhoria do desempenho; Metodologias de avaliação de projetos, processos e resultados; Avaliação ex-ante, durante e ex-post; Medidas de Eficiência e Eficácia; Formatação de indicadores de desempenho; Avaliação de políticas e programas públicos; Agentes envolvidos no processo; Aplicação de indicadores de desempenho na gestão pública.

Objetivos:

- Dotar os alunos de conhecimentos de natureza técnico-instrumental para o pensamento e a gestão estratégica, tática e operacional, oferecendo elementos para a elaboração de políticas racionalizadas por sistemas de construção de indicadores que permitam a correta análise a avaliação de sua eficiência, eficácia e efetividade.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, R. L. S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, M. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DEDDECA, C. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

GARCIA, R. C.. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7: 70,2001.

7.2.6 Estado, governo e políticas públicas	15 horas
---	-----------------

Ementa:

Conceito de Estado nos principais paradigmas da Ciência Política contemporânea, buscando as interfaces com a reflexão sobre a concepção, objeto e campo de estudo das políticas públicas, com destaque para os modelos de análise. A noção de público e privado e o nascimento e consolidação da esfera pública. O processo de formação de políticas: temas, agenda setting; implementação e avaliação: aspectos conceituais e metodológicos. Agentes, racionalidades e instâncias decisórias. Poderes de Agenda. As políticas públicas de corte social: princípios, mecanismos e sua trajetória e desenvolvimento em nível internacional e do Brasil.

Objetivos:

- Compreender a tipologia das políticas públicas e sua correlação com a dinâmica do Estado e suas variantes relativas á interlocução com a sociedade.

Bibliografia Básica:

ACQUAVIVA, M. C. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005.

BASTOS, C. R. Curso de Teoria do estado e Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 2002.
BOBBIO, N. Estado, Governo e Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
DALLARI, D. A. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2010.
HABERMAS, J. A crise de legitimação do capitalismo tardio. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1982.

7.2.7 Novas tendências do processo penal moderno	15 horas
---	-----------------

Ementa:

A crise do sistema processual penal brasileiro; a busca das garantias perdidas; novas tendências no processo penal moderno.

Objetivos:

- Demonstrar a existência de uma crise no sistema processual penal brasileiro, que decorre da ineficácia do Estado em garantir o devido processo legal;
- Identificar e apresentar o perfil do preso por meio da análise dos dados estatísticos fornecidos pelos órgãos e instituições responsáveis por essa análise;
- Romper com a visão tradicional e a estrutura atual em relação sistema processual penal e demais garantias constitucionais;
- Apresentar novas tendências no processo penal moderno.

Bibliografia Básica:

BADARÓ, G. H. Processo Penal. São Paulo: RT, 2013.
DEZEM, G. M. Curso de Processo Penal. São Paulo: RT, 2017.
LOPES JR., A. Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva, 2017.
NUCCI, G. S. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
OLIVEIRA, E. P. de. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2019.

7.2.8 Comunicação, mídia e marketing no setor público	15 horas
--	-----------------

Ementa:

Opinião Pública e Poder; Redes Sociais: Linguagem e Gestão Pública nas Redes Sociais Criação de Espaços Virtuais; Estado, Mercado e Sociedade no Contexto Global; Relacionamento com Públicos Estratégicos: Conteúdos para Redes Sociais ; Pesquisa de Opinião no contexto digital; Internet: Democracia, Informação e Espaço Público; Ética e Legislação em Redes Sociais; Psicologia e Redes: Perfis Sociais e Identidade; Imagem Corporativa e Gestão de Crises; Eventos e Comunicação Digital ; Discurso Organizacional: estratégias de construção; Planejamento Estratégico no Contexto de Redes Sociais; Indicadores e Métricas em Comunicação Digital.

Objetivos:

- Proporcionar aos participantes conhecimentos atualizados sobre os conceitos e as práticas de Administração e de Comunicação em Negócios, utilizadas nas organizações modernas;
- Apresentar o papel da comunicação integrada na formação da imagem e identidade corporativa; disponibilizar aos alunos a base conceitual para desenvolver planos e projetos nas áreas de comunicação organizacional integrada;
- Fornecer os conhecimentos teóricos e práticos para a gestão do cotidiano da comunicação institucional, mercadológica e interna.
- Analisar a comunicação nas organizações, avaliando seus processos, funcionamento, meios e seu papel na sociedade contemporânea.

Bibliografia Básica:

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1: Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
CORRADO, F. M. A força da comunicação: quem não se comunica... São Paulo: Makron Books, 1994.
KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações-públicas na comunicação integrada. 4ª. Edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Summus, 2004.

ETZIONI, A. Organizações modernas. 6a. ed. São Paulo: Pioneira, 1980.

MAFEI, M. Assessoria de Imprensa – Como se relacionar com a Mídia. São Paulo: Contexto, 2004.

7.2.9 Segurança e defesa na fronteira oeste do Brasil e a dinâmica do crime organizado e suas consequências para o aumento da violência urbana	15 horas
---	-----------------

Ementa:

A violência urbana e as organizações criminosas; Tráfico de drogas, contrabando, homicídios e o crime organizado na fronteira; Sistema de Monitoramento e Vigilância da Fronteira (SISFRON) no combate ao crime organizado; O emprego das Forças Armadas na Segurança Pública; Cooperação Interagências como forma de governança.

Objetivos:

- Proporcionar aos alunos uma visão geral sobre os principais crimes fronteiriços e as principais organizações criminosas que atuam na fronteira oeste de Mato Grosso do Sul;
- Promover uma visão crítica sobre a realidade das organizações criminosas atuantes na fronteira oeste do Brasil, particularmente na fronteira entre MS e o Paraguai, bem como constatarem a necessidade da integração entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança Pública na região de fronteira através de uma cooperação interagências, utilizando, para tanto, os sensores e os atuadores que o SISFRON disponibiliza para este fim.

Bibliografia Básica:

AC24HORAS. Acre, RO e Mato Grosso do Sul avaliam avanço do PCC na fronteira. AC24horas. Rio Branco: 29 maio 2017. Disponível em: <https://www.ac24horas.com/2017/05/29/acre-ro-e-mato-grosso-do-sul-avaliam-avanco-do-pcc-na-fronteira/>. Acesso em: 22 jan 2018.

ALBUQUERQUE, E. S. de. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 29, 2015.

ANDRADE, P. B. P. de. História Constitucional do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: editora OAB, 2002.

ARAGUAIANOTÍCIAS. Integrantes do Novo Cangaco e PCC são presos na Barra. Araguaia Notícias. Araguaia: 24 out. 2014. Disponível em: <http://www.araguaianoticia.com.br/noticia/5893/integrantes-do-novo-cangaco-e-pcc-sao-presos-na-barra>. Acesso em: 22 jan 2018.

BELTRAN CASTRO, R. A. O narcotráfico na fronteira da Colômbia e Brasil: um olhar dicotômico entre segurança pública e nacional. Rio de Janeiro: ESG, 2016.

7.2.10 O emprego da polícia ostensiva nas fronteiras	15 horas
---	-----------------

Ementa:

Criando uma teoria de policiamento nas fronteiras; O trabalho de segurança pública na fronteira; Embasamento legal da atividade policial ostensiva; As dimensões da polícia ostensiva; O planejamento do emprego da polícia ostensiva em áreas de fronteira; As funções da polícia na sociedade moderna; A formação do profissional; A cultura policial nas regiões de fronteira; Questões de segurança pública emergentes fronteiriças; Avaliação do desempenho policial.

Objetivos:

- Ampliar conhecimentos para compreender o trabalho, a cultura e a prática policial ostensiva na fronteira;
- Identificar e analisar as especificidades da legislação nas esferas federal, estadual e municipal que regem o emprego policial ostensivo em regiões de fronteira.
- Desenvolver habilidades para a gestão consciente da atividade de segurança pública em regiões de fronteira de forma efetiva.

- Fortalecer atitudes para preparar a gestão e avaliação do emprego policial ostensivo desenvolvido em regiões fronteiriças e ser capaz de demonstrar conhecimento da prática profissional e do seu papel enquanto policial perante a sociedade.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, A. M. DOF (Departamento de Operações de Fronteira): um estudo de integração de polícias civil e militar. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CHINCK, J. P. Técnicas Básicas Aplicadas ao Policiamento de Fronteira no Mato Grosso do Sul. In: Ciências Policiais e Gestão em Segurança Pública / organização: Claudio Roberto Monteiro Ayres E Rogério Turella, 1ª Ed. – Editora CEOS, Londrina, 2018.

FIGUEIRA, A. C. R. A Agenda Externa Brasileira em face aos ilícitos transnacionais: O contrabando na fronteira entre Brasil e Paraguai. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2005.

MISSE, M. et al. Gestão da Política de Segurança Pública nas Fronteiras: Resultados Gerais de Uma Pesquisa. In: Investigação criminal e avaliação de políticas de segurança pública /organização: Ana Carolina Cambreses Pareschi, Cíntia Liara Engel, Gustavo Camilo Baptista. – Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública 2016. 256 p. (Coleção Pensando a Segurança Pública ; v.7)

NASCIMENTO, A. R.. Policiamento Ostensivo Produtivo interativo: Uma proposta de otimização para as ações preventivas da Polícia Militar do Estado de Goiás. Convênio SAESP – UEG, Goiânia, 2014.

7.2.11 Mecanismos de aferição de produtividade operacional e administrativa da PF na região de fronteira.	15 horas
--	-----------------

Ementa:

Histórico da Polícia Federal na área de fronteira, fixação do policial em áreas inóspitas, de difícil acesso ou provimento, atuação operacional e administrativa, serviços e políticas de lotação de policiais recém-ingressos na instituição, políticas investigativas nos últimos 20 (vinte) anos, critérios objetivos de mensuração da produtividade policial quanto à área operacional e administrativa, IPO e IPA.

Objetivos:

- Capacitar os alunos a compreenderem a atuação da Polícia Federal na área de fronteira, os desafios e destaques dessa atuação.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988;

BRASIL. Regimento Interno da Polícia Federal, Portaria nº 1.252, de 29 de dezembro de 2017, Ministério da Justiça e Segurança Pública.

BITTNER, E. Aspectos do Trabalho Policial. São Paulo: Edusp, 2003. Série Polícia e Sociedade, n. 8.

CATHALA, F. Polícia: Mito e Realidade. São Paulo: Mestre Jou, 1975.

CRETELLA JÚNIOR, J. Do poder de polícia. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

7.2.12 Tráfico Internacional de Pessoas	15 horas
--	-----------------

Ementa:

Marcos normativos em âmbito internacional e nacional sobre tráfico de pessoas. Diferenças conceituais: tráfico de pessoas, contrabando de migrantes e migração indocumentada. Modalidades, adequação típica e vitimologia afeta ao tráfico de pessoas. O caráter transnacional do crime de tráfico de pessoas e a facilidade de transposição de pessoas pelas

fronteiras do Brasil. Dificuldades de produção probatória e elucidação de crimes de tráfico de pessoas.

Objetivos:

- Capacitar os estudantes para reflexão e entendimento sobre a gravidade do crime de tráfico de pessoas, conceito, tipologia e a cifra negra que circunda tal crime, bem como as dificuldades de proteção do ser humano nas regiões de fronteira.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, G. A. Tráfico de Pessoas no Brasil: de acordo com a Lei 13.344/2016. Curitiba: Juruá, 2017. 114 p.

FIGUEIREDO, L. V. S. de. Direitos sociais e políticas públicas transfronteiriças: a fronteira Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia. Curitiba, Paraná: CRV, 2013.

GEBRIM, L. M. A interface entre o subsistema cultural e o tráfico de pessoas. Revista Direito e Praxis, vol. 7(1), 2016.

RODRIGUES, T. C.. Tráfico internacional de pessoas para exploração sexual. São Paulo: Saraiva, 2013. 205 p.

SARLET, I. W.. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SILVA, A. S. da; SENNA, E.; KASSAR, M. C. M. (Org.). Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e Tráfico para os mesmos fins: Contribuições para o enfrentamento a partir de experiência em Corumbá-MS. Brasília: OIT, 2005. 173 p.

TREVISAM, E. Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo: entre as presas da clandestinidade e as garras da exclusão. Curitiba: Juruá Editora, 2015. 176 p.

7.2.13 Organização do trabalho na Polícia Rodoviária Federal (PRF) e o enfrentamento aos crimes transnacionais.	15 horas
--	-----------------

Ementa:

A segurança pública e a PRF. Atribuições e competências da PRF. Fronteira no contexto de segurança pública. Organização do trabalho. Tráfico de drogas no Brasil. Operações da PRF na área de fronteira.

Objetivos:

- Apresentar uma visão geral da Polícia Rodoviária Federal, sua atuação na região fronteira e informações que promovam a integração entre as instituições de segurança pública na fronteira sulmatogrossense.

Bibliografia Básica:

BENGOCHEA, J. L. et al.. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1. P. 119-131, 2004.

CARVALHO, v. A. de. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. R. Katál. Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011

LEIT, M. S. M. Organização do trabalho da polícia rodoviária federal: estudo de caso da jornada de trabalho na superintendência regional em mato grosso do sul. 135 f. 2018. Trabalho de conclusão final (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

PINTO, D. P. de S. A. A Polícia Rodoviária Federal no Mato Grosso do Sul: o processo de distribuição da força de trabalho e seus reflexos no enfrentamento aos crimes transnacionais. 162f. 2018. Trabalho de conclusão final (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

7.2.14 Atuação da Perícia Criminal Federal em regiões de fronteira	15 horas
---	-----------------

Ementa:

Introdução à Criminalística (conceito, histórico, o perito, a prova, teoria dos vestígios, o exame pericial, o laudo pericial e falsa perícia); A Perícia Criminal Federal (histórico, estrutura e atuação); Perícia Documentos cópica (documentos copia, equipamentos utilizados, cuidados na manipulação de documentos, grafoscopia, documentos de segurança, estudos de caso e o papel da perícia criminal federal na investigação de moeda falsa); Perícia em Locais de Crime (local de crime, fontes de informação, propósito da investigação em locais de crime, locais de interesse da polícia, isolamento, preservação de locais, coleta e análise de vestígios biológicos); Perícia de Química Forense (terminologia e conceitos, legislação, drogas de uso abusivo, medicamentos, suplementos alimentares, equipamentos e técnicas utilizadas, testes preliminares e definitivos em produtos químicos); Perícia de Meio Ambiente (legislação, tipos de exames, principais ferramentas e estudos de caso).

Objetivos:

- Apresentar uma visão geral da criminalística no âmbito da Polícia Federal, com ênfase para a atuação da Perícia Criminal Federal na região de fronteira do Mato Grosso do Sul, além de capacitar servidores envolvidos na investigação criminal de forma a assegurar a cadeia de custódia de provas no processo penal.

Bibliografia Básica:

BRUNI, A. T.; VELHO, J. A.; OLIVEIRA, M. F. de (Org.); Fundamentos da química forense: uma análise prática da química que soluciona crimes. Campinas, SP: Millennium, 2012, 358 p.

CARVALHO, J. L. Investigação Pericial Criminal. Campinas, SP: Bookseller, 2006, 388 p.

SILVA, E. S. C.; FEUERHARMEL, S. Documentoscopia: aspectos científicos, técnicos e jurídicos. Campinas, SP: Millennium, 2013, 734 p.

STUMVOLL, V. P.; TOCCHETTO, D. Criminalística. 6. ed. São Paulo, SP: Millenium, 2014, 416 p.

TOCCHETTO, D; ESPINDULA, A. Criminalística: procedimentos e metodologias. Campinas, SP: Millennium, 2015, 523 p.

VASCONCELOS, F. C. de; FONTES FILHO, J. R.; TSUNODA, M. A. (Org.). Gestão pública: a perícia criminal em foco. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2013, 412 p.

VELHO, J. A.; COSTA, K. A.; DAMASCENO, C. T. M. (Org.); Locais de crime: dos vestígios à dinâmica criminoso. Campinas, SP: Millennium, 2013, 574 p.

VELHO, J. A.; GEISER, G. C.; ESPINDULA, A. (Org.); Ciências forenses: uma introdução às principais áreas da criminalística moderna, 2. ed. Campinas, SP: Millennium, 2013, 470 p.

7.2.15 Crimes Internacionais e Cooperação	15 horas
--	-----------------

Ementa:

Crime organizado; Combate ao Crime Organizado Internacional; Recuperação de Ativos e o Confisco e Apreensão de Bens, Direitos e Valores; A Criminalização da Lavagem de Dinheiro; A Cooperação Internacional; A Cooperação Policial Internacional - Interpol; A Cooperação Jurídica Internacional; A Polícia Federal e a Cooperação Internacional; Difusões Internacionais.

Objetivos:

- Apontar os novos desafios no combate à criminalidade organizada transnacional, bem como os instrumentos imprescindíveis nessa atuação, como a cooperação internacional, em busca de uma eficaz persecução penal.

Bibliografia Básica:

ANSELMO, M. A. Lavagem de dinheiro e cooperação jurídica internacional. São Paulo: Saraiva, 2013.

ARAS, V.; LIMA, L. F. de. Cooperação penal direta pela Polícia ou Ministério Público. In: BALTAZAR JUNIOR, José Paulo; LIMA Luciano Flores de. Cooperação jurídica internacional em matéria penal. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.

FORNAZARI JUNIOR, M. Cooperação Jurídica Internacional: Auxílio direto penal. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

GODOY, L. R. U. de. Crime Organizado e seu tratamento jurídico penal. São Paulo: Elsevier, 2011.

MORO, S. F. . Crime de lavagem de dinheiro. São Paulo: Saraiva, 2010.

SAADI, R. A.; BEZERRA, C. C. A autoridade central no exercício da cooperação internacional. In: Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal. 2ª ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

7.2.16 Investigação criminal do direito comparado**15 horas****Ementa:**

As políticas públicas de segurança no mundo contemporâneo; A polícia no direito comparado: França, Espanha, Alemanha, Itália, Inglaterra e Estados Unidos da América; A segurança pública na União Europeia; A política externa de segurança pública na União Europeia; Desafios e novas ameaças na segurança pública de fronteira.

Objetivos:

- Identificar os métodos e as tecnologias utilizadas por órgãos policiais de outros países em problemas similares aos existentes no Brasil;
- Oferecer métodos e formas de resolução de problemas relacionados com a Segurança Pública e a Defesa Social;
- Identificar os possíveis problemas estruturais na segurança pública das fronteiras brasileiras;
- Analisar comparativamente os procedimentos e protocolos de segurança pública entre os órgãos policiais brasileiros e internacionais;
- Propiciar mecanismos de elaboração de ações sócio jurídicas de prevenção criminal.

Bibliografia Básica:

AMBOS, K. et al. Declaração de Gottingen sobre polícia e investigação no Brasil. In: Boletim IBCCrim, ano 22, n. 259, junho de 2014, São Paulo p. 2-3.

AZEVEDO, R. G.; VASCONCELLOS, F. B. O inquérito policial em questão: situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre as fragilidades do modelo brasileiro de investigação criminal. Revista Sociedade e Estado, v. 26, n. 1, jan./abr. 2011.

CHOUKR, F. H. Garantias Constitucionais na Investigação Criminal. 3ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro - RJ: Lumen Juris, 2006.

ELIAS, L. A Externalização da Segurança Interna – As Dimensões Global, Europeia e Lusófona. Relações Internacionais 40, IPRI, pp. 9-29.

GUEDES, A. M..Sobre a União Europeia e a NATO. Nação e Defesa 106 (2), pp. 33-76.

SILVA, P. F. da . “Tratado de Defesa e Cooperação entre a França e o Reino Unido. São Paulo: Janus, 2013, p. 164-165.

7.2.17 Liderança de pessoas na gestão pública**15 horas****Ementa:**

Teorias da Liderança; Estilos de liderança; Liderança, Poder e Influência nas Organizações; Liderança e Confiança; Grupos e equipes de trabalho nas organizações; Tipos de grupos e equipes; Estágios de desenvolvimento de grupos; Características dos grupos de trabalho eficazes; Equipes de alta performance; Intervenções com grupos de trabalho nas organizações.

Objetivos:

- Capacitar o profissional para gerenciar e liderar pessoas e equipes, desenvolvendo o potencial de cada um.

Bibliografia Básica:

ADAIR, J. Como formar líderes: aprenda a identificar e a desenvolver o espírito de liderança. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DYER, W. G; DYER, J. H. Equipes de alta performance. São Paulo: Saraiva, 2011.

DUTRA, J. S. Gestão de pessoas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARINHO, R. M., OLIVEIRA, J. F. Liderança: uma questão de competência. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

7.2.18 Seminários Integrados	30 horas
-------------------------------------	-----------------

Ementa:

Seminários temáticos realizados em torno de temas específicos de interesse dos alunos, do corpo docente e voltados à temática de Segurança Pública e Fronteiras, com a participação de profissionais e de autoridades ligados à área de segurança pública, atuantes na área de fronteira.

Objetivos:

- Analisar criticamente temas atuais e emergentes da segurança pública, particularmente aqueles voltados à fronteira sul-mato-grossense, aproveitando esses momentos para troca de experiências e socialização de conhecimentos, projetos, propostas, atividades e materiais.
- Subsidiar os alunos com temas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

De acordo com os temas dos seminários.

ANEXO I – CORPO DOCENTE

Especialização em Segurança Pública e Fronteiras

Docente	Lotação	Titulação
Wander Matos de Aguiar	UEMS	Doutor
Ricardo Guilherme Silveira Correa Silva	UEMS	Doutorando
José Roberto da Silva Lunas	UEMS	Doutor
Airton Pinto de Moura	UEMS	Doutor
Luciana Ferreira Silva	UEMS	Doutor
Joaquim Carlos Klein de Alencar	UEMS	Mestre
Rogério Turella	UEMS	Doutorando
Vania Mara Basilio Garabini	UEMS	Doutorando
Lúcio Flavio Sunakozawa	UEMS	Doutorando
André Mazini	UEMS	Doutor
Laércio Alves de Carvalho	UEMS	Doutor
Eliotério Fachin Dias	UEMS	Doutorando
Élcio Félix D'Angelo	MPE	Especialista
Everson Antonio Rozeni	PMMS	Especialista
Chang Fan	PF	Mestre
Ludmila de Paula Castro Silva	MPE	Doutorando
Davidson Pereira de Souza Afonso Pinto	PRF	Mestre
Murilo Santos Moreira Leite	PRF	Mestre
Felipe Ferreira Paulucio	PF	Mestre
Herbert Dittmar	PF	Mestre
Alexander Taketomi Ferreira	PF	Especialista
Rauali Kind Mascarenhas	PC	Mestre